CAMPESINATO EM MOVIMENTO: ANÁLISE DA AÇÃO DO ESTADO E DAS ESTRATÉGIAS AUTÔNOMAS DE DESENVOLVIMENTO NO CAMPO*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a redução das desigualdades sociais em assentamentos rurais do estado da Paraíba. Para tanto, foram analisadas as ações do Estado, via políticas públicas, e as estratégias autônomas de desenvolvimento das comunidades rurais. No tocante às políticas públicas, investigamos a atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Cooperar em assentamentos rurais na Paraíba. Em relação às estratégias autônomas de desenvolvimento, analisamos as experiências desenvolvidas a partir do projeto Feiras Agroecológicas Paraibanas. Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa consistiram em: revisão bibliográfica; levantamento de dados; participação em reuniões e encontros com os camponeses e com os agentes gestores dos programas analisados; pesquisas documentais; trabalhos de campos; registros fotográficos; entrevistas e preenchimento de questionários. A partir da pesquisa desenvolvida, observamos que as políticas públicas de combate à pobreza rural, apesar de importantes para a redução das desigualdades sociais, não desenvolvem projetos capazes de reverter a precariedade dos assentamentos. Em contrapartida, as estratégias autônomas das comunidades rurais apresentam-se mais consequentes em projetos que visam promover a equidade social.

PALAVRAS-CHAVE Políticas públicas, agroecologia, assentamentos rurais, pobreza, desigualdades sociais.

Aline Barboza de Lima alinelima.ufcg@gmail.com

Professora do curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil.

Artigo submetido no dia 08.07.2010 e aprovado em 19.11.2010

ABSTRACT The purpose of this article is to discuss the reduction of social inequalities in rural settlements of Paraíba state. Therefore, state actions through public policies such as autonomous strategies for rural communities' development were analyzed. Regarding the public policies, we investigated the actions of Pronaf and Cooperar programs in rural settlements in Paraíba. In relation to autonomous strategies for such development we analyzed the experiences around the project called Paraibean Agroecological Fairs. The methodological procedures used for the making of the researches were: bibliographical revision, data survey; involvement through meetings with country people and coordination agents of the public policies which were analyzed; documentary researches; field works; photographic records interviews and applications of questionnaires. Through this study, we found out that the rural poverty reduction public policies, although important for the reduction of the social inequalities, do not develop projects able to reduce the settlements precariousness. On the other hand, the autonomous strategies of the rural communities appeared to be much more effective in projects aiming to promote social equality.

KEYWORDS Public policies; agroecology; rural settlements; poverty; social inequalities.

* Este artigo venceu a categoria Mestre da 2ª Edição do Prêmio Políticas Públicas e Equidade, promovido pelo Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo discute a redução das desigualdades sociais a partir de dois vieses: por intermédio da ação do Estado via implementação de políticas públicas e das ações de iniciativa de organizações sociais autônomas. O objetivo da pesquisa foi compreender os dilemas e desafios existentes na redução das desigualdades sociais em áreas de reforma agrária no estado da Paraíba, bem como os avanços alcançados por essas iniciativas.

Buscamos inicialmente analisar as ações do estado para a redução de desigualdades sociais em assentamentos rurais, por meio da implantação das políticas públicas do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR). Pesquisamos a ação de dois programas especificamente: o Pronaf e o Cooperar. A importância de compreender o PCPR decorre da necessidade de analisar os efeitos dos investimentos públicos em áreas de reforma agrária, uma vez que estas concentram significativa quantidade de camponeses, comumente em situação de pobreza.

Para analisar as estratégias autônomas de desenvolvimento na redução de desigualdades sociais, pesquisamos uma experiência existente no estado da Paraíba desde o ano de 2001, intitulada Feiras Agroecológicas Paraibanas. Essa experiência consiste na comercialização de produtos agroecológicos cultivados em áreas de assentamento rurais de Reforma Agrária na Paraíba, produzidos e vendidos pelos próprios camponeses.¹

Os assentamentos rurais são áreas criadas a partir de projetos de Reforma Agrária com o objetivo de diminuir a concentração fundiária e a miséria no campo, contudo, de forma geral, as áreas onde esses assentamentos rurais localizam-se são ordinariamente associadas à concentração de pobreza e a crises em setores produtivos específicos, que levaram a processos de estagnação econômica no espaço agrário em que se situam. Nesse contexto, é fundamental compreendermos

as desigualdades sociais existentes nesses espaços, analisando os problemas que as geram e as alternativas que podem tornar os espaços locais produtivos, capazes de propiciar uma vida digna no campo (SOARES, 2008; DI LORENZO, 2007; MOREIRA, 2005; RODRIGUES, 2005; RODRIGUES, 2006).

Dessa forma, mesmo com a imensa pobreza que permeia quase sempre a etapa posterior à desapropriação, os assentamentos rurais podem se sobressair positivamente. Como exemplos desses aspectos positivos, podemos citar os laços familiares refeitos, fato comprovado em diversas pesquisas, visto que, após a conquista da terra, muitos camponeses moradores de áreas periféricas nas cidades ou subempregados nas atividades agrícolas monocultoras regressam para o assentamento na busca de uma nova vida; interferem na dinâmica local, por meio da geração de empregos para um alto número de famílias; dinamizam a economia interna, com o aumento de produtos alimentares e a criação ou implemento de feiras livres, dentre outros aspectos, que são fundamentais na compreensão do quadro agrário brasileiro da atualidade (DI LORENZO, 2007; LIMA, 2005; LEITE, 2004).

A construção teórica metodológica da pesquisa trilhou o caminho da investigação qualitativa, por onde procuramos responder às indagações postas sobre a eficácia das ações que se desdobram dos PCPRs sobre os dilemas da produção camponesa e suas dificuldades de inserção nos circuitos de comercialização, dentre outros. A análise qualitativa foi fundamental nesse processo, onde nos utilizamos de diferentes recursos, tais como pesquisa documental na Unidade Técnica do Projeto Cooperar e na Sede Administrativa do Pronaf em João Pessoa (PB) e consulta a documentos nos portais especializados, observação da paisagem, registros fotográficos, filmagens, anotações em caderneta de campo, preenchimento de questionários e realização de entrevistas registradas em

gravador eletrônico.

Pesquisamos materiais divulgados pela imprensa local no período entre 2002 a 2007, tendo como eixo matérias versando sobre a atuação do Pronaf e do Cooperar ou sobre parcerias desenvolvidas por esses programas na Paraíba, além de documentos, projetos institucionais, relatórios e convênios disponibilizados pelos órgãos responsáveis pelas citadas políticas. A leitura desse material foi de grande importância na compreensão dos objetivos, metas e mesmo na apreensão dos fundamentos gerais que norteiam a elaboração das políticas. Para aprofundarmos as análises sobre as práticas e concepções dos PCPRs no estado da Paraíba, participamos ainda de reuniões, assembleias e atividades desenvolvidas pelos órgãos envolvidos com a gestão e implantação dos projetos de desenvolvimento rural. Nesses espaços, foi possível acompanhar as discussões dos projetos a serem implantados e registrar informações como destino de recursos, problemas enfrentados e representatividade política das diferentes mesorregiões do estado. O acervo documental recolhido foi catalogado e as atividades de acompanhamento de gestores foram registradas por meio de fotografias e gravações eletrônicas, posteriormente transcritas e analisadas. As fontes primárias dos programas analisados foram fornecidas pelas instituições bancárias responsáveis por oferecer linhas de crédito para fortalecimento da agricultura familiar, neste caso, o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, e no caso do Cooperar, a gerência estadual, situada na cidade de João Pessoa. Os dados coletados foram organizados em tabelas e gráficos.

Na análise da agroecologia, a metodologia utilizada para a realização da pesquisa consistiu em revisão bibliográfica sobre a temática, trabalhos de campo e participação em eventos sobre agroecologia destinados aos camponeses. Os trabalhos de campo foram fundamentais para a construção da pesquisa. Eles ocorreram nas Feiras Agro-

cológicas da cidade de João Pessoa, nas áreas de produção agroecológicas em assentamentos rurais da Paraíba (Assentamento Apasa – município de Pitimbu; Assentamento Dona Helena – município de Cruz do Espírito Santo; Assentamento Padre Gino – município de Sapé; Assentamento Acauã – município de Aparecida).

Os procedimentos metodológicos do trabalho de campo consistiram em entrevistas com roteiros pré-elaborados com camponeses que integram as Feiras Agroecológicas, lideranças de movimentos sociais (CPT, MST) e integrantes de organizações não governamentais (ONGs). Esse material foi posteriormente transcrito e analisado. Nos assentamentos rurais supracitados, mapeamos as unidades produtivas integradas à agroecologia e realizamos levantamentos sistemáticos, a partir de relatórios de técnicos agrícolas da CPT, da quantidade e qualidade de alimentos produzidos. Os dados registrados foram organizados em gráficos e tabelas que deram suporte às comparações das ações autônomas dos camponeses com as ações das políticas públicas.

Compreender a existência das desigualdades sociais, quando há um quadro social tão injusto como no estado da Paraíba, pode parecer a princípio uma questão facilmente perceptível, mas que, quando observada com atenção, remete-nos a aspectos complexos da realidade analisada. No caso dos camponeses estudados, esse tema possui grande relevância, uma vez que a sua existência enquanto classe social é profundamente afetada pela pobreza.

Nesse contexto, a agroecologia passa a figurar não apenas como uma prática agrícola, mas, sobretudo, como uma alternativa de resistência do campesinato aos movimentos hegemônicos que tendem a desterritorializá-lo (HAESBAERT, 2004). A agroecologia afigura-se como um importante conceito para o entendimento das práticas agrícolas da atualidade, correlacionada a temas como segurança e soberania alimentar,

presentes na pauta das discussões desenvolvidas no âmbito dos assentamentos rurais, em reflexões que partem geralmente dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada.

Tendo em vista o fato de os assentamentos rurais serem o eixo central da nossa investigação, analisaremos inicialmente a atuação do Pronaf e do Cooperar nessas áreas, no tocante à quantidade de recursos investidos e linhas de crédito disponibilizadas para áreas em assentamentos rurais. Posteriormente, analisaremos as ações das Feiras Agroecológicas Paraibanas e seus efeitos sobre os camponeses participantes desse processo.

2. O PRONAF E O PROJETO COOPERAR: ATUAÇÃO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA PARAÍBA

A construção de assentamentos rurais é fruto do movimento nacional de luta pela terra, reflexo da secular concentração fundiária existente no Brasil. Contudo, apenas a aquisição do assentamento rural não soluciona a expropriação camponesa da terra, uma vez que, para nela permanecer, esses sujeitos sociais defrontam-se com uma série de adversidades.

Dentre os inúmeros problemas pós conquista da terra, destacamos a pobreza² em que se encontram esses camponeses ao longo do processo de luta, a demora dos órgãos responsáveis em dotar esses espaços de infraestrutura adequada, o desgaste ambiental gerado pelo uso inadequado da terra em momentos precedentes, entre outros. É nesse contexto que buscamos analisar as ações do Pronaf e do Cooperar, tendo em vista compreender a importância dessas políticas públicas para a melhoria das condições de vida dos camponeses que vivem em áreas de assentamentos rurais.

O Estado brasileiro, ao longo das últimas dé-

cadadas, vem desenvolvendo políticas de atenuação da pobreza rural. Um exemplo disso foi o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), lançado em 2 de abril de 1985, que se soma, em seus propósitos, ao Pronaf, lançado em 28 de julho de 1996. Ambos são programas voltados aos trabalhadores rurais, geridos com recursos federais fruto da articulação de interesses estratégicos do governo brasileiro e excedente do capital internacional, via Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird (LIMA, 2005).

Cabe ressaltar que as ações das políticas públicas dos PCPRs na Paraíba devem ser compreendidas em suas particularidades, considerando questões históricas que fizeram do Nordeste uma região que concentra, na totalidade de suas mesorregiões, problemas ligados à pobreza. Nesse sentido, a implantação de políticas públicas defronta-se com quadros de desigualdades sociais ainda mais agudos. Ao analisar essa problemática, Guimarães Neto (1997, p. 46) afirma que: “De uma periferia no interior da economia capitalista mundial, como o conjunto do Brasil, o Nordeste transformou-se em um espaço periférico no interior da economia nacional, no quadro mais geral das transformações ocorridas”.

Dessa forma, os PCPRs destinados às áreas de assentamentos rurais no Nordeste possuem como objetivo mais geral amenizar a pobreza por meio da oferta de crédito e do desenvolvimento de projetos que possam gerar renda para as famílias camponesas, provendo, assim, esses espaços de melhores condições de vida.

No caso específico do Cooperar, os projetos implantados em assentamentos rurais destinam-se a áreas que apresentam baixo grau de técnica, associado ao uso inadequado de tecnologias, ocorrência de fome, bem como o isolamento e passividade política que, mais que consequências naturais ou físicas, passam a ser vistas como questões sociais (SOARES, 2008). Contudo, o programa Cooperar não contempla uma linha de

atuação específica para os assentamentos rurais, sendo bastante reduzido o número de projetos destinados a essas áreas na Paraíba. No período de 1998 a 2004, de um total de 3.187 projetos implantados no estado pelo Cooperar, apenas 88 foram destinados a áreas de reforma agrária, ou seja, 2,76%.

Em contrapartida, a demanda nas áreas de assentamentos rurais é significativa, no período de 1998 a 2004, o projeto Cooperar recebeu um total de 208 pleitos, dos quais apenas 88 foram atendidos, ou seja, 70% da demanda não foram contempladas, conforme observamos no Gráfico 1.

Gráfico 1
Demanda e oferta de projetos conveniados em área de assentamento (1998-2004)

Fonte: GESTAR – 2010.

Os 88 projetos implantados podem ser divididos em três segmentos: infraestrutura, produtivos e sociais, conforme se verifica no Gráfico 2, abaixo:

Gráfico 2
Projetos implantados em assentamentos rurais na Paraíba (1998-2004)

Fonte: GESTAR – 2010.

Podemos observar pela análise do Gráfico 2 que, dos 88 projetos implantados, 89% foram de infraestrutura, 6% foram projetos produtivos e 5% foram projetos sociais. Esses dados indicam uma alta concentração de projetos no setor de infraestrutura, que compreende principalmente obras de eletrificação rural e sistemas de abastecimento de água. Em contrapartida, os projetos produtivos e sociais somam juntos apenas 11% do total, demonstrando a baixa atuação dessa política para a melhoria da renda e da qualidade de vida dos camponeses.

Constatamos que as demandas registradas, e por nós acompanhadas por meio da leitura dos processos nas unidades técnicas dos dois programas, Cooperar e Pronaf, e nos trabalhos de campo, são reais. Cabe, por conseguinte, uma reavaliação desses pleitos e orientação ou parceria com outros órgãos de modo a torná-las viáveis. Em grande parte dessas demandas, é visível a necessidade de capacitações, por meio de ações contínuas e não de cursos realizados de forma muito breve, que poucos resultados deixam nos assentamentos rurais. Há um potencial econômico e cultural nessas áreas, no que concerne à produção de alimentos, sobretudo de leguminosas e frutas, que são desperdiçadas nos períodos de safra. Do mesmo modo, é significativa a produção do artesanato em fibra, que poderia, se devidamente apoiada, contribuir para a geração de emprego e

renda. Esse artesanato já é comercializado e possui inserção em importantes feiras de artesanato no estado da Paraíba; contudo, as estratégias de comercialização são insatisfatórias, visto que a maior parcela de lucratividade termina destinada a revendedores e não propriamente às famílias produtoras.

No tocante ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), instituído em 1996, sabemos que ele possui vários grupos destinados a agricultores em diferentes estágios de desenvolvimento; dentre eles, os grupos A e A/C são destinados especificamente a agricultores oriundos de áreas agrícolas reformadas. O Pronaf A é destinado a famílias que acabaram de receber a terra e precisam montar toda a infraestrutura básica para iniciar a produção, e o Pronaf A/C é destinado aos produtores que estão em uma fase de transição. Ou seja, os que recorrem ao crédito destinado ao grupo A/C já receberam os investimentos do grupo A e, agora, precisam de novos recursos para dar continuidade à produção.

Na Paraíba, desde que o Pronaf foi implantado, no ano de 1999, até maio de 2008, foi investido um montante de R\$ 512.083.659,56 em projetos de custeio e infraestrutura, distribuídos entre 246.912 contratos. Desse total, R\$ 77.815.309,93 foram destinados a projetos em assentamentos rurais, resultantes dos grupos A e A/C, conforme verificamos na Tabela 1 e no Gráfico 3.

LINHAS DO PRONAF	INVESTIMENTO (R\$)	%	Nº DE CONTRATOS	%
Grupo A	74.354.790,62	14,52	6.889,00	2,8
Grupo A/C	3.460.519,31	0,68	1.368,00	0,6
Grupo B	174.639.370,69	34,10	177.122,00	71,7
Grupo C	141.280.959,52	27,59	40.984,00	16,6
Grupo D	112.987.329,77	22,06	20.168,00	8,2
Grupo E	5.360.689,65	1,05	381,00	0,2
Total	512.083.659,56	100	246.912	100

Fonte: GESTAR, 2010.

Gráfico 3
Distribuição percentual
das linhas do Pronaf na
Paraíba por investimento
e número de contrato
(1999 a maio de 2008)

Fonte: GESTAR, 2010.

Pela análise dos dados, verificamos que o valor destinado a fortalecer as atividades produtivas das áreas reformadas representa 14,52% dos investimentos do Pronaf na Paraíba, e ainda que o grupo A/C demonstra uma queda acentuada desses valores, correspondendo a apenas 0,68% do valor total. Essa estatística denota o insucesso dos investimentos oriundos do grupo A, uma vez que, para terem acesso ao grupo A/C, os agricultores necessitam liquidar o empréstimo anterior, realidade pouco encontrada durante nossos trabalhos de campo nos assentamentos rurais, onde detectamos um elevado número de camponeses endividados pelo crédito acessado no grupo A.

Além disso, observamos que o grupo A deveria colaborar com a permanência dos agricultores nos assentamentos rurais. Todavia, o seu montante, e o número de contratos em relação aos demais grupos do Pronaf, foi a menor quantia de investimento, ficando à retaguarda dos grupos B (34,10%), C (27,59%) e D (22,05%), excetuan-

do-se tão somente o grupo E, por destinar-se a agricultores com maior nível de tecnicidade agrícola, situação pouco encontrada entre os pequenos e médios agricultores da Paraíba.

A partir da análise dos dados, observamos que nem o projeto Cooperar nem o Pronaf priorizam as áreas de assentamentos rurais. As duas políticas destinam uma porcentagem pequena de investimentos a essas áreas, sobretudo quando comparada ao total de recursos aplicados no estado. Além disso, nos trabalhos de campo, constatamos uma série de problemas nos projetos implantados, registrados por meio de diversos depoimentos negativos dos camponeses entrevistados.

Dos agricultores entrevistados, 100% declararam estar insatisfeitos com as políticas dos PCPRs com as quais foram beneficiados. Das complexas e variadas causas que permeiam essa problemática, algumas se mostraram mais latentes em nossas pesquisas: por exemplo, os projetos de custeio ou de infraestrutura, realizados do topo para

a base, ou seja, do governo para os camponeses, desconsideraram as necessidades e os desejos de determinada comunidade ou família rural. Esse modelo de desenvolvimento, aliado a uma carência de acompanhamento técnico e atrasos na liberação de recursos, levou ao fracasso de uma série de projetos.

Esses projetos seguem o modelo de pacotes tecnológicos,³ em que o camponês encontra uma proposta predefinida para a aquisição de crédito, não participando ativamente da sua concepção e desenvolvimento. Para Carvalho (2005), essa postura integra a dominação político-ideológica com a qual o capital visa subordinar o camponês:

São políticas que têm como objetivo e compromisso divulgar a falsa ideia da importância da luta dos trabalhadores do campo. Fazem questão de situar o agricultor como alguém alheio politicamente, como alguém que está por fora dos problemas econômicos e sociais. Fazem questão de situar a postura política como um terreno de interesse de outras categorias sociais que não os agricultores. Essas posturas conflitam com a situação atual, pois o agricultor e de forma mais convincente o integrado estão surgindo como sujeitos políticos (CARVALHO, 2005, p. 215).

Esse descompasso que se coloca para o camponês ao lidar com os agentes financeiros e com os órgãos de assistência técnica revela particularidades inerentes a essa classe social, o que nos leva a concordar com Rodrigues (1994), quando afirma que:

É importante salientar que os valores e representações de um grupo social, especialmente no que concerne ao tempo, não são rompidos de imediato pela mera introdução de novas tecnologias. Contudo, essa realidade sugere a necessidade de se repensar a reprodução do camponês no Brasil. É preciso que os empréstimos voltados para a melhoria da produção façam-se acompanhar de uma ampla discussão sobre as demandas locais e sobre a forma de gestão dos recursos já adotada (RODRIGUES, 1994, p. 168).

Dessa forma, a maioria dos projetos implantados em assentamentos rurais na Paraíba pelos PCPRs obtém resultados negativos, oriundos de um conjunto de problemas, como os poucos recursos destinados a áreas reformadas, a ausência de propostas de desenvolvimento local a partir das potencialidades existentes, a quase inexistência de diálogo com as comunidades camponesas, dentre outras questões.

As políticas públicas podem representar um caminho real para o desenvolvimento do camponês, mas, conforme afirma Veiga (1998):

Os estabelecimentos agrícolas não patronais no Nordeste constituem uma massa de agricultores tão fragilizados que seria ilusório esperar que possam ser ajudados pelas linhas de crédito de custeio e investimento oferecidas pelo Pronaf. Ou seja, o pacote convencional dos programas de modernização voltados para a agricultura familiar (crédito, assistência técnica, apoio à comercialização, etc.) só poderia atingir essa grande massa de desvalidos se estiver acoplado (ou for procedido) ao binômio essencial da estratégia de erradicação da pobreza rural: redistribuição fundiária e educação (VEIGA, 1998, p. 10).

A ausência de políticas públicas consequentes para os assentamentos rurais, de forma a propiciar melhorias significativas para as famílias envolvidas, torna as avaliações dos efeitos dos projetos implantados bastante negativas, conforme registramos em diversos depoimentos. Dentre as reclamações, destacamos o não atendimento dos pleitos encaminhados pelos camponeses, que buscam solucionar problemas decorrentes dos projetos estagnados. Nesse sentido, os maiores prejudicados são os próprios camponeses, que, mesmo com o fracasso dos investimentos, têm que arcar com pagamento do financiamento, sob pena de endividamento e impossibilidade de adquirir novos créditos.

Nesse contexto, avaliamos que os PCPRs não reverteram o quadro de estagnação e pobreza pre-

sentes nos assentamentos rurais, que continuam a ser, no dizer de Santos (2005), espaços opacos, em contraponto aos espaços luminosos:

Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos (SANTOS & SILVEIRA, 2005, p. 264).

Santos & Silveira (2005) chamam a atenção para o fato de não atribuímos a luminosidade ou opacidade dos espaços à total ingovernabilidade, sob pena de não realizarmos uma análise crítica da realidade do social. Nesse sentido, destacam a diferenciação dos espaços enquanto aqueles que mandam e os que obedecem, numa referência ao acúmulo de funções diretoras em certos lugares e sua falta na maioria dos demais, ressaltando, contudo, que “pode-se dizer que há espaços que comandam e espaços que obedecem, mas o comando e a obediência resultam de um conjunto de condições, e não de uma delas isoladamente” (SANTOS & SILVEIRA, 2005, p. 265).

Assim, os assentamentos rurais poderiam ser classificados, *grosso modo*, no sentido da aplicação dos PCPRs, em espaços opacos e espaços que obedecem,⁴ sem contudo, com essa afirmação, atribuímos a esses espaços qualificação preconceituosa, mas sim ratificarmos a subordinação camponesa que engessa o desenvolvimento a partir da implantação desses projetos, conforme analisa Carvalho (2005):

Portanto, o agronegócio burguês é não só economicamente dominante como político-ideologicamente hegemônico. Ele controla não apenas os comportamentos estratégicos e táticos dos governos e determina o rumo de parcela relevante da economia rural, mas, também, a maioria das mentes das massas populares

no campo e das suas instituições de representações, formais e informais (CARVALHO (2005, p. 200).

Dessa forma, mesmo quando as políticas são destinadas à melhoria da vida camponesa nos assentamentos rurais, as propostas e saídas dos projetos integram interesses de sistemas econômicos dominantes. Nesse sentido, para que o camponês possa receber benefícios de políticas públicas, ele precisa cumprir uma série de exigências.

Observamos que é comum, nas políticas do PCPRs analisadas, a oferta de crédito a partir de projetos que determinam a cultura a ser produzida, sendo vedado o financiamento de outras culturas de interesse do camponês, ou mesmo a liberação de crédito para qualquer cultivo sob condição de parte da área agrícola da terra camponesa ser destinada a culturas preestabelecidas no contrato.

Isto significa dizer que as transformações da agropecuária têm privilegiado determinados segmentos socioeconômicos e os espaços mais rapidamente suscetíveis a uma reestruturação sustentada pelas inovações científico-técnicas e pela globalização da produção e do consumo. Acirra-se, pois, a expansão das relações capitalistas de produção no meio rural, conduzida de forma extremamente prejudicial à maioria da população rural, à organização do território e ao meio ambiente, promovendo um desenvolvimento cada vez mais desigual no estado (ELIAS, 2003, p. 63).

Assim, os PCPRs continuam a elaborar políticas que fortalecem o modelo patronal, favorecendo a concentração de renda em vez de diminuir a pobreza. Enquanto isso, os assentamentos rurais continuam distantes de um projeto de desenvolvimento real, perpetuando-se como áreas de concentração de pobreza e de agudas desigualdades sociais.

Essa realidade termina por colaborar com aqueles que defendem a ideia de que a Reforma

Agrária não é um caminho viável para melhorar a estrutura econômica brasileira, e encampa a concepção do agronegócio como caminho para o desenvolvimento do setor agrícola do Brasil.

É preciso destacar que o insucesso dessas políticas não pode ser compreendido de forma isolada, ou associado a apenas uma série de fatores, mas, sobretudo, a partir de uma visão de conjunto, que permita entender que os PCPRs não possuem na essência de suas propostas o objetivo de reverter a situação de desigualdade social, mas sim, minimizar quadros extremos de pobreza, de forma a manter subordinada a grande massa camponesa (MARTINS, 1997).

3. AS FEIRAS AGROECOLÓGICAS PARAIBANAS: ESTRATÉGIAS AUTÔNOMAS DE DESENVOLVIMENTO E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

As Feiras Agroecológicas Paraibanas correspondem a uma iniciativa de camponeses e camponesas advindos da luta pela Reforma Agrária no estado da Paraíba, e são realizadas por produtores que comercializam alimentos cultivados de forma agroecológica em feiras organizadas nas cidades.

A agroecologia é uma forma de agricultura que visa o equilíbrio entre natureza e sociedade, por meio do cultivo sem a utilização de agrotóxicos e da relação entre o camponês e a terra, tratada como um organismo vivo (ALTIERI, 2004; PRIMAVESI, 1997; GUZMÁN, 2002).

Procuramos observar a importância das atividades ligadas ao fortalecimento e construção da agroecologia a partir das estratégias autônomas de organização social, observando a visão desenvolvida pelos camponeses que participam frequentemente dessas atividades, e ainda a im-

portância dos movimentos sociais, organizações não governamentais e sociedade civil organizada nesse processo. Buscamos compreender como esses sujeitos sociais se articulam no sentido de se anteporem aos processos hegemônicos de concentração de renda e também como desenvolvem saídas para poder permanecer na terra.

O projeto das Feiras Agroecológicas Paraibanas foi iniciado em 2001, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Cáritas Arquidiocesana da Paraíba, que concedeu um empréstimo no valor de R\$ 5.700,00. Com esse recurso, os camponeses compraram bancas, balanças, uniformes, dentre outros materiais necessários para colocar em funcionamento o projeto, que resultou na criação de quatro Feiras Agroecológicas em bairros da cidade de João Pessoa. Com isso, resolveram dois dos principais problemas que estavam enfrentando, o do uso do agrotóxico e o da expropriação da renda na comercialização de seus produtos aos atravessadores.

Desde que foi iniciada, a Feira Agroecológica acumula uma série de resultados muito positivos, como aumento da renda familiar, melhoria da saúde dos camponeses e das pessoas que compram os produtos agroecológicos, e ainda novas relações estabelecidas com os moradores da cidade. Atualmente, existem 22 Feiras Agroecológicas no estado da Paraíba, realizadas numa escala geográfica que se estende da Mesorregião da Mata Paraibana até o Alto Sertão (LIMA, 2008).

Com a realização das Feiras Agroecológicas, os camponeses conseguiram suprimir a figura do atravessador e vender os seus produtos a preços mais justos. Nas produções de inhame e macaxeira, por exemplo, junto com o feijão verde, a diferença de valores é expressiva; como exemplo, temos uma arroba (15 quilos) de inhame vendida aos atravessadores por R\$ 10,00, quando comercializada nas Feiras Agroecológicas Paraibanas, chega a ser vendida ao valor de R\$ 30,00, ou seja, R\$ 2,00 o quilo do inhame, uma diferença

de 200%. Outro exemplo é a venda da acerola. Uma caixa (aproximadamente 20 quilos) de acerola é vendida nos assentamentos entre R\$ 10,00 e R\$ 12,00, e nas Feiras Agroecológicas chega a ser vendida a R\$ 23,00 (LIMA, 2005).

Além da supressão do atravessador, a não utilização de agrotóxicos também se constitui numa melhoria expressiva na vida desses camponeses, por não precisarem se submeter mais a práticas agrícolas danosas. O relato da camponesa Hiolanda Maria Albuquerque da Silva elucida bem essa questão nos momentos iniciais da feira:

Eu sou uma das fundadoras, e fiz parte desde as primeiras reuniões, com o Arnaldo, o pessoal da CPT, e a gente viu a necessidade de fazer uma feira, porque aqui existiam muitos atravessadores, a gente vendia os produtos da gente mal vendidos, não lucrava, não dava para nada. Então a gente teve a ideia de fundar uma feira. Aí veio as questões da reunião, juntamos as mulheres, um grupo de mulheres, que não foram só os homens. A maior questão que a gente debateu desde o início foi para não usar o veneno, tanto para quem ia trabalhar na feira como um incentivo para comunidade (Relato da camponesa HIOLANDA).

Hiolanda destaca ainda que as discussões sobre a não utilização do agrotóxico ocorriam também nas assembleias gerais, onde os agentes pastorais da CPT esclareciam sobre os riscos advindos da utilização desses produtos, influenciando assim vários agricultores do assentamento, conforme relato a seguir:

Ninguém nunca teve esses cuidados, depois da feira, com o acompanhamento técnico, eles começaram a discutir nas reuniões, tanto das feiras, como nas assembleias, sempre conscientizando o povo, que não é fácil conscientizar todo mundo, mas aí boa parte, que esteja na feira ou não, já tem consciência que não é para utilizar o agrotóxico, já têm muitas pessoas que não trabalham na feira que não querem, porque já tem conhecimento do perigo (Relato da camponesa HIOLANDA).

A construção coletiva representa uma das estratégias autônomas de que os camponeses dispõem para o fortalecimento da agroecologia. Nesse contexto, é fundamental a troca de saberes e os debates políticos que possibilitam discutirem, juntos, alternativas à melhoria das formas de produção agroecológica e também outras demandas que dizem respeito às suas vidas e a seus vínculos com a agricultura.

Na experiência em pauta, vários momentos são destinados a essa construção, como, por exemplo, nas reuniões semanais nos assentamentos rurais, nas reuniões após a realização das Feiras Agroecológicas, nas reuniões mensais de produtores agroecológicos, nas reuniões extraordinárias, com órgãos do governo, universidades e ONGs, nas reuniões com a CPT e ainda nos diversos eventos de formação realizados com a finalidade de discutir essa temática.

A dinâmica desses encontros é de uma riqueza extraordinária, e a organicidade do movimento exige um amplo envolvimento por parte de todos os integrantes do projeto, desde os camponeses, passando pela assistência técnica até os apoios mais eventuais.

Procuramos ao longo da pesquisa participar de vários desses momentos, o que exigiu uma grande atenção com datas e localizações, visto que a maioria dos eventos é promovida por movimentos sociais, ONGs, pela CPT, possuindo uma divulgação muito interna e também, em geral, um controle do público participante.

Os grupos que participam desses movimentos integram debates regionais sobre a agroecologia, por meio de eventos e intercâmbios, e posteriormente esses grupos se encontram em eventos nacionais, que reúnem camponeses de todo o Brasil na perspectiva de trocar experiências e informações, promovendo debates políticos e críticos de temas relevantes na construção agroecológica.

A filosofia dessa organização é pensada em rede, onde entidades se encontram interligadas

de forma articulada em todas as regiões do Brasil, por meio de eventos e de grupos de trabalho que discutem eixos temáticos específicos, que convergem para o mesmo caminho, o da construção de redes de agroecologia.

Nos eventos que participamos, a exemplo do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), ocorrido no ano de 2006 na cidade de Recife (PE), foi possível verificar a diversidade de experiências agroecológicas implantadas nas várias regiões do Brasil, bem como a riqueza cultural das identidades das populações tradicionais, como indígenas, quilombolas, faxinalenses, pescadores(as) artesanais, ribeirinhos(as), agricultores(as) urbanos(as), geraizeiros(as), sertanejos(as), vazanteiros(as), quebradeiras de coco, caatingueiros(as), criadores(as) em fundo de pasto, seringueiros(as) e caiçaras.

As discussões sobre a agroecologia desenvolvidas por essas populações tradicionais abrangem temas amplos, como a regulamentação do cumprimento integral da função social da propriedade (nas dimensões ambiental, econômica e da legalidade do trabalho); titulação das terras de quilombo, demarcação e homologação das terras indígenas; preservação dos babaçuais e outros ecossistemas manejados e garantia de direitos para as populações agroextrativistas; preservação das terras indígenas e dos territórios das populações tradicionais e seu reconhecimento como territórios agroecológicos; reconhecimento e regularização de formas particulares de apropriação e uso da terra dos faxinalenses, criadores de fundo de pasto, ribeirinhos, pescadores do litoral, geraizeiros, vazanteiros, caiçaras e outros segmentos de populações tradicionais, compatibilizando as legislações fundiária e ambiental; respeito aos direitos das populações locais que vivem dentro ou

no entorno das Unidades de Conservação, assegurando a sua participação na gestão dessas unidades e nos processos de decisão sobre a criação de novas unidades; garantia efetiva ao exercício do direito das mulheres à terra nos assentamentos rurais (titulação conjunta e cadastro).

Por meio dessas reivindicações, percebemos que para esses camponeses a agroecologia não está ligada apenas à produção de alimentos sem agrotóxicos, mas, sobretudo, a questões políticas, econômicas, sociais e culturais das problemáticas agrárias, visando de fato uma construção diferenciada da relação sociedade-natureza. Além do mais, essa luta remete às suas próprias trajetórias de vida, em que a agricultura natural foi sendo suplantada pela agricultura com manejo de aditivos químicos, fruto do processo da modernização tecnológica.

Na fala do coordenador de uma das Feiras Agroecológicas, Luiz Damazio, é possível perceber o sentimento de autonomia e orgulho em poder obter o seu sustento da terra:

Não são os apoios que manda, claro que tem assessoria, mas no final a decisão é dos assentados [...]. [...] existe uma formação psicológica e humana nesse processo, imagina, antes só queima, só destruía, a partir do momento que vira assentado muda tudo, a gente cuida da terra, ela é nossa (Relato do coordenador LUIZ DAMAZIO).

Inúmeras iniciativas como essa acontecem por todo o Brasil, diversas saídas são encontradas pelos camponeses para enfrentar as adversidades, saídas pautadas no respeito ambiental e na promoção social e cultural. Na Mesorregião da Mata Paraibana é significativa a geração de renda advinda das Feiras Agroecológicas, conforme observamos no Gráfico 4:

Gráfico 4 – Rendimento bruto das Feiras Agroecológicas da Mesorregião da Mata Paraibana (2001-2007)

Fonte: GESTAR (2010).

A forma como se organizam os camponeses das Feiras Agroecológicas Paraibanas demonstra um caráter autônomo da iniciativa dos camponeses, que não possuem auxílio de órgãos governamentais, bancos ou agências de fomento. Esse fato é bastante significativo no contexto da produção agroecológica, visto que, numa etapa de transição, a vulnerabilidade dos agroecossistemas é alta, uma vez que se encontram desestabilizados por práticas agrícolas degradantes, aumentando o risco de prejuízo na mudança de modelo de produção agrícola.

Percebemos que, diante da construção da agroecologia nos assentamentos, ergue-se uma série de dificuldades, de diferentes ordens e significados. Todavia, ao mesmo tempo que a produção agroecológica nos assentamentos apresenta maiores dificuldades, contraditoriamente torna-se mais internalizada pelos camponeses, que praticam

a agroecologia mesmo com tantas adversidades. Nessa transição, as famílias que trabalham nas feiras arcam com todos os riscos, cientes do não ressarcimento pela perda da produção, realidade várias vezes relatada durante as entrevistas realizadas nos trabalhos de campo.

A transição para práticas agrícolas que não degradam a natureza não é um processo simples para o camponês. Quando ingressa na agroecologia, este precisa mudar práticas agrícolas que há muito tempo fazem parte do seu cotidiano, como o uso de agrotóxicos, as queimadas e adubação química. Além disso, quando ocorrem problemas na plantação, as soluções para as problemáticas possuem outro prisma, uma vez que devem ser pautadas sob os princípios da agroecologia.

Essa combinação de problemas torna a prática agroecológica, bem como a permanência no assentamento, um grande desafio para os campo-

neses, que precisam de muita perseverança para continuar no projeto. Além disso, numa perspectiva particular das famílias envolvidas, as questões que permeiam a construção da agroecologia tendem a se complexificar.

Essa característica presente nas experiências agroecológicas dos assentamentos leva-nos a compreender que no caminhar da diminuição das desigualdades sociais existem elementos que colaboram para a consolidação dessa experiência, ao mesmo tempo que, dialeticamente, outros dificultam esse processo.

Destacamos ainda que as problemáticas podem advir da própria condição social e organizacional do grupo de assentados envolvidos com a agroecologia. A falta de recursos viabilizadores de boas condições na cidade, como: local apropriado para comercialização dos produtos, transporte de pessoas e mercadorias, divulgação da feira, dentre outras, influem no processo de constituição territorial da agroecologia na cidade, pois são suportes que podem definir os aspectos colaboradores para a conquista almejada por meio da interação entre campo e cidade, agroecologia e qualidade de vida.

Com dessas observações, destacamos que não são poucos os desafios enfrentados pelos camponeses para permanecerem no projeto de uma agricultura mais limpa. Constatamos ainda que esse processo é lento e exige paciência e dedicação de toda a família envolvida.

Além desses desafios de cunho pessoal e coletivo, também se destaca um desafio de ordem territorial. O movimento que define a afirmação do processo agroecológico sofre, simultaneamente, forças ou poderes que permitem aos camponeses transmitirem sua prática e assim se territorializarem, como também coagem esses mesmos agricultores a se enfraquecerem, e, desse modo, impedem que se reapropriem de uma relação mais aproximada com a natureza e com os demais cidadãos.

Nesse sentido, a construção coletiva representa uma maneira para o camponês enfrentar as adversidades e se fortalecer com a troca de saberes e dos debates políticos, onde, juntos, discutem formas de melhorar a produção agroecológica e também a sua vida na agricultura.

O Estado deve olhar com mais atenção para essas iniciativas, e perceber que o caminho dos programas de combate à pobreza rural pode se encontrar na apreciação e análise desses exemplos de empreendimentos bem-sucedidos, que vêm sendo construídos pelos movimentos sociais, trazendo melhoria à qualidade de vida de muitos camponeses.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados registrados e nos depoimentos ouvidos, e tomando como centrais as experiências encontradas nos trabalhos de campo, podemos tecer alguns comentários a respeito das políticas dos PCPRs analisadas. Observamos que a luta para permanecer na terra é dificultada pelas próprias políticas, que deveriam ajudar na fixação do camponês à sua terra, fato decorrente de um modelo de política pública baseada em parâmetros mercadológicos, que não consideram a realidade local, possuindo forte vinculação com interesses provenientes do grande capital.

As dificuldades encontradas não desqualificam a importância das políticas públicas dos PCPRs, ao contrário disso, estas podem ser de muita importância para o desenvolvimento desses assentamentos, contudo reformulações precisam ser feitas, pois o atual modelo não dá conta de resolver a complexidade da pobreza agrária paraibana. Faz-se necessária uma articulação dessas políticas com as instituições que lidam com a educação, a assistência técnica e a extensão rural.

As áreas reformadas possuem em geral infraes-

trutura deficiente, e a população assentada, além de enfrentar o desgaste econômico decorrente do processo da luta pela terra e da exclusão do mercado, enfrenta também as dificuldades decorrentes de políticas de PCPRs pouco consequentes e deslocadas de propósitos que apontem para o desenvolvimento local.

Nesse sentido, foram frequentes os relatos de agricultores que expuseram o desejo de investir em uma cultura diferente da que estava disponível para financiamento. Essa faceta da realidade colaborou para o insucesso dos projetos das áreas de assentamento rural, que, aliados a uma carência de acompanhamento técnico e a atrasos na liberação de recursos, resultaram numa grande quantidade de camponeses endividados.

Vários camponeses, após fracassarem no primeiro financiamento, passaram a temer efetuar novos empréstimos nos bancos. Essa experiência foi vivenciada por muitos entrevistados, que se encontram inadimplentes e que, apesar dos bônus oferecidos pelo governo atual para quitarem suas dívidas, não vislumbram essa possibilidade a curto prazo.

Verificamos essa dificuldade sobretudo nas entrevistas com camponeses que não estão vinculados às estratégias autônomas relatadas, a exemplo das Feiras Agroecológicas. Esses, quando conseguem quitar suas dívidas, são extremamente cautelosos em acessar os recursos disponíveis no formato em que se encontram disponibilizados, ou seja, no formato de pacotes tecnológicos que não possibilitam inserir demandas atinentes à realidade local.

São notáveis os esforços realizados para melhorar a atuação do Pronaf e do Cooperar. Infelizmente, nos trabalhos de campo realizados por nós, essas mudanças ainda não foram sentidas com intensidade, e os relatos de insucesso e endividamento continuam comuns. Isso indica a importância de o aumento de crédito ser seguido de intensos programas de capacitação e assistência

técnica, sob pena de esses recursos serem desvirtuados da sua função maior, que é a promoção e o desenvolvimento da agricultura camponesa.

Não temos a intenção de negar a importância das políticas públicas dos Projetos de Combate à Pobreza Rural; ao contrário disso, entendemos que essas políticas podem ter importância significativa no desenvolvimento da agricultura camponesa em sua diversidade. Contudo, os dados estatísticos, as análises das especializações e os resultados dos trabalhos de campo demonstram a complexidade das situações encontradas e os resultados se expressam ainda de forma tímida.

Durante os trabalhos de campo nos assentamentos rurais, registramos diferentes saídas encontradas pelos agricultores para permanecer na terra. Além das Feiras Agroecológicas Paraibanas, citamos também os Trançados de Pitimbu (artesanato retirado da fibra do coqueiro), a experiência do Centro Rural de Formação (CRF), (formação de jovens no assentamento Dona Helena – Cruz do Espírito Santo), o banco de sementes (seleção e armazenamento de sementes realizada por uma rede de camponeses da Paraíba, articulada com o Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema ao Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (Patac), dentre outras alternativas encontradas para garantir uma vida mais digna. Esses projetos de desenvolvimento local demonstraram resultados positivos a um baixo custo de investimento, sobretudo quando comparados aos projetos financiados pelas políticas públicas dos PCPRs (RODRIGUES *et al.*, 2009).

Essa realidade evidencia a urgência em adequar as políticas dos PCPRs às realidades locais, e ainda a necessidade de promover a ampla participação dos camponeses nos projetos que irão ser executados, para que possam decidir e planejar as ações a serem desenvolvidas, colaborando para resultados mais satisfatórios no âmbito da diminuição da pobreza e do desenvolvimento local.

NOTAS

¹ Este artigo é resultado de pesquisas de iniciação científica do projeto: “A paisagem agrária paraibana: análises das manifestações culturais, das práticas de resistência e das condições de trabalho”, desenvolvido no período de 2002 a 2007 na UFPB e da pesquisa de mestrado de Lima (2008). Essas análises integram resultados de estudos e projetos de extensão universitária do grupo de pesquisa Gestar: Território, Trabalho e Cidadania, coordenado pela prof.^a dr.^a Maria de Fátima Ferreira Rodrigues.

² “Os pobres são aqueles que não têm acesso, de modo regular, aos bens de consumo corrente considerados como mínimo indispensável numa certa sociedade” (SANTOS, 2004, p. 49).

³ “A agricultura brasileira, ao inserir-se no modelo de desenvolvimento econômico após 1950, seguindo o padrão da Revolução Verde, integrou-se ao novo circuito produtivo e passou a atender os interesses do capital monopolista. O Estado tornou-se o agente principal para viabilizar a introdução do pacote tecnológico na agricultura” (PESSÔA, 2007, p. 267).

⁴ Destacamos que os assentamentos rurais na Paraíba são criados a partir da luta camponesa; dessa forma, os sujeitos sociais envolvidos atuam no sentido de modificar as estruturas vigentes, não podendo, nesse contexto, ser compreendidos enquanto espaços que obedecem.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- DI LORENZO, I. D. N. *A construção da territorialidade camponesa no Assentamento Dona Helena, Cruz do Espírito Santo-PB*. 2007. 316 f. Dissertação de Mestrado em Geografia no curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba.
- ELIAS, D. Desigualdade e pobreza no espaço agrário cearense. *Mercator*, v. 2, n. 3, p. 61-69, 2003. ISSN 1984-2201. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2009.
- CARVALHO, H. M. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- GUIMARAES NETO, L. Trajetória econômica de uma região periférica. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 29, p. 37-54, 1997. ISSN 0103-4014.
- GUZMÁN, E. S. A perspectiva sociológica em agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. *Revista de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 3, n. 1, p. 18-28, 2002.
- FEIRAS Agroecológicas Paraibanas. Disponível em: <<http://www.prac.ufpb.br/feira/>>. Acesso em 05. abr. 2010.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.
- LEITE, S. (Org.) *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- LIMA, A. B. *Assentamento Apasa – PB: a agroecologia na construção de novas territorialidades*. 2008. 188 p. Dissertação de Mestrado em Geografia no curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba.
- _____. *Potencialidades do Assentamento Apasa: um estudo das estratégias de resistência e desenvolvimento local*. 2005. 114 p. Monografia de Graduação em Geografia, DGEOC/CCEN da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba.
- LIMA, A. B.; RODRIGUES, M. F. F. *Avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf-PB) e do Projeto Cooperar-PB sob a ótica dos movimentos sociais*. Relatório de pesquisa. João Pessoa: CNPq, 2005. 52 p.
- MARTINS, J. S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- MOREIRA, A. P. C.; RODRIGUES, M. F. F. *As novas territorialidades camponesas: estratégias de resistência e produção agrícola na Paraíba*. Relatório de pesquisa. João Pessoa: CNPq, 2005.
- PESSÔA, V. L. S. Meio técnico-científico-informacional e modernização da agricultura. In: MARAFON, J. G.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Orgs.) *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 255-270.
- PRIMAVESI, A. *Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura*. São Paulo: Nobel, 1997.
- RODRIGUES, M. F. F.; MUNIZ, I. G.; SILVA, A. B. Tecnologias sociais e geração de renda: notas sobre estratégias de recriação do campesinato no estado da Paraíba, Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 8., Curitiba. Anais eletrônicos... Curitiba: Anpege, 2009. 1 CD.
- RODRIGUES, M. F. F. *Terra camponesa como (re)criação-genealogia do lugar e da paisagem*. São Paulo, 1994. 185f. Dissertação de Mestrado em Geografia no curso de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. *Terra para que te quero: agricultura orgânica, trabalho familiar e Feira Agroecológica sob a organização dos camponeses assentados da Mata Paraibana*. Relatório técnico de extensão universitária. João Pessoa, 2006.

_____. “Quem sabe faz a hora”: análise das estratégias de reprodução camponesa em áreas de assentamento na Paraíba e no Ceará. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, Por uma geografia Latino-Americana: do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade, 10., São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2005. p. 12665-12684. 1 CD.

SANTOS, M. *O espaço dividido*. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no*

início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SOARES, A. B. C. A. *Estratégias de recreação do campesinato no município de Cabaceiras – PB*. 2008. Dissertação de Mestrado em Geografia no curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba.

VEIGA, J. E. Diretrizes para uma nova política agrária. Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: < <http://www.nead.org.br> >. Acessado em 04 fev. 2004.